



# HOJE MACAU

QUINTA-FEIRA 14-4-2022

MOP\$10

Nº 4990

DIRECTOR CARLOS MORAIS JOSÉ

## As palavras e os actos

O Chefe do Executivo entende que os deputados devem dar o exemplo e contribuir para o aumento da taxa de natalidade. Mas poucos parecem estar pelos ajustes.

■ GRANDE PLANO



www.hojemacau.com.mo facebook/hojemacau twitter/hojemacau

COVID-19 | OMS  
**HESITAR NAS  
RESTRICÇÕES**  
GRANDE PLANO

SCOTT NELSON/GETTY IMAGES

### O GIGANTE AMBICIOSO



90% dos Internautas chineses criticam “febre hegemónica” dos EUA

■ PÁGINA 10

LAVAGEM  
**REDE  
POPULAR**  
PÁGINA 7

CHINA | PORTUGAL  
**EMPRESAS  
BEM-VINDAS**  
PÁGINA 11

INSTALAÇÃO  
**MONG-HÁ  
PARA VER**  
EVENTOS

MELCO  
**RISCO  
BOLSISTA**  
PÁGINA 5

ATERROS  
**ÁGUAS  
A SUBIR**  
PÁGINA 6

## COVID-19 ESTUDO DEFENDE ORIENTAÇÕES MAIS CLARAS DA OMS SOBRE RESTRIÇÕES

# Uma ciência

**E**M Abril de 2020, em plena pandemia, 90 por cento da população mundial vivia em países que haviam aplicado restrições de viagem. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 194 países adoptaram estas restrições, enquanto que 143 fecharam as suas fronteiras. Até que ponto estas medidas, impeditivas de uma total liberdade de movimentos, violaram normas do Direito Internacional, nomeadamente o Regulamento Sanitário Internacional e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, na vertente de direitos humanos?

Fernando Dias Simões, professor de Direito da Universidade Chinesa de Hong Kong, e ex-docente da Universidade de Macau, dá estas respostas num estudo, recentemente publicado no *Yale Journal of Health Policy, Law and Ethics*, intitulado “Covid-19 and International Freedom of Movement: A Stranded Human Right?” [Covid-19 e o Movimento Internacional de Liberdade: um Direito Humano Bloqueado?]

Uma das conclusões deste estudo prende-se com a necessidade de um maior consenso, bem como de orientações mais claras da OMS face às restrições de viagem adoptadas pelos países membros. Em relação ao Regulamento Sanitário Internacional, Fernando Dias Simões defende uma revisão em prol de uma maior clareza e com base num consenso científico mais alargado.

“É necessário criar indicadores que sinalizem como e quando os Estados membros devem aplicar medidas de saúde adicionais que possam interferir com a mobilidade internacional. Este não é um objectivo fácil e necessita de um consenso, tanto de médicos como de especialistas jurídicos, sobre o critério que deve ser determinado para garantir um equilíbrio razoável entre a saúde pública e a mobilidade internacional”, pode ler-se no documento.

A OMS faz recomendações, não vinculativas, sobre as medidas a adoptar em tempos de pandemia, apelando a que as restrições do tráfego internacional de bens e pessoas sejam razoáveis, a fim de atingir “o nível desejado de protecção da saúde pública”.

No entanto, os países membros da OMS podem ir mais além, necessitando de reportar estas medidas “com uma justificação científica para a sua adopção”, devendo “ser revistas a cada três meses”. No entanto, não há sanções caso não o façam.

“A norma que impõe estas obrigações aos membros é o que se chama uma ‘norma incompleta’, pois não prevê qualquer sanção em caso de incumprimento dos deveres de reportar, de justificar, ou caso a justificação seja considerada



Fernando Dias Simões, docente da Universidade Chinesa de Hong Kong, defende que a Organização Mundial de Saúde deveria fornecer orientações mais claras e precisas face às restrições de viagem adoptadas pelos países em tempos de pandemia. O autor adianta que, como as recomendações emitidas pela OMS não são vinculativas, os membros nem sempre implementaram medidas com base em critérios científicos

# pouco precisa



insuficiente”, explicou Fernando Dias Simões ao HM.

Em termos históricos, recorda, a OMS “tem preferido emitir recomendações em vez de impôr obrigações de forma vinculativa, com a cominação de sanções”.

Desta forma, tem ocorrido “um incumprimento generalizado” dessa matéria. “A OMS, normalmente, abstém-se de questionar os membros sobre as medidas que implementam por estar ciente de que esta é uma área muito sensível em que os estados preferem exercer

a sua soberania sobre o controlo de fronteiras”, frisou.

## Equilíbrio precisa-se

Além disso, o autor considera que “é vital aumentar o peso das regras em matéria de direitos humanos e os princípios do equilíbrio entre a saúde pública e a liberdade de movimentos”. Desta forma, “deve ser feita uma aproximação holística e coerente em prol de uma mobilidade internacional, o que requer um elevado nível de precisão sobre as medidas de saúde que estão de

acordo com os padrões de direitos humanos”.

Para Fernando Dias Simões, a pandemia “é uma recordação viva de como os Governos necessitam de adaptar-se ao Regulamento Sanitário Internacional e às regras e princípios dos direitos humanos quando concebem e implementam medidas relacionadas com emergências de saúde pública”.

“É crucial o reforço da ligação entre estes dois domínios”, acrescentou, lembrando que “só o tempo dirá sobre o impacto económico e social [destas medidas] e quanto sofrimento poderia ter sido evitado, ou pelo menos mitigado, se os países não tivessem corrido para fechar as suas fronteiras”.

Fernando Dias Simões recorda que, “apesar de ser um instrumento legal internacional, o Regulamento Sanitário Internacional parece ser um documento legal suave, com o cumprimento [das regras] a basear-se na persuasão”. Desta forma, este regulamento, na prática, “não tem sido assertivo o suficiente”.

“Vários autores sugeriram uma atitude mais pró-activa e enfática no requerimento junto dos países membros de uma justificação para as suas medidas. Enquanto que a OMS tem o poder de ‘nomear e envergonhar’ os Estados que violam as medidas, esta ferramenta não foi utilizada. Na prática, os regulamentos são muito contidos no que diz respeito à regulação de quando e como os países podem adoptar medidas de saúde adicionais. O foco parece ser em convidar os Estados para uma cooperação multilateral, sem pôr em causa a sua soberania”, refere o estudo.

O autor aponta também, ao HM, que “a OMS, em momento algum, interveio ou fez comentários em relação a membros específicos ou a certos tipos de medidas”, uma vez que “cada membro enfrenta as suas próprias circunstâncias e adopta as suas medidas de acordo com o nível de protecção da saúde pública que pretende atingir e o julgamento científico que faz da situação”.

## Pouca ciência

O estudo assinado pelo académico dá ainda conta do facto de alguns

países parecem ter tomado medidas restritivas da liberdade de movimento sem se basearem em critérios científicos. “O processo de tomada de decisões não deveria basear-se em padrões vagos e afirmações retóricas. De outra forma, é dado demasiado arbítrio aos países na elaboração das suas próprias políticas, muitas vezes baseadas em considerações que não são científicas.”

FERNANDO DIAS SIMÕES  
AUTOR DO ESTUDO

países parecem ter tomado medidas restritivas da liberdade de movimento sem se basearem em critérios científicos. “O processo de tomada de decisões não deveria basear-se em padrões vagos e afirmações retóricas. De outra forma, é dado demasiado arbítrio aos países na elaboração das suas próprias políticas, muitas vezes baseadas em considerações que não são científicas.”

Fernando Dias Simões destaca que, apesar de viajar contribuir para uma maior circulação de doenças infecciosas, a verdade é que “estudos científicos demonstraram que as restrições de viagem não têm sido efectivas, de forma significativa, na prevenção do contágio de doenças infecciosas, e na maior parte dos casos só atrasaram a chegada do vírus em alguns dias”.

Neste sentido, “tais medidas falham consideravelmente na redução das transmissões se não forem combinadas com medidas preventivas de infecção e de controlo [de outra ordem]”. No período mais negro da pandemia, e tendo em conta que se sabia ainda muito pouco sobre a covid-19, “os Governos tiveram que tomar decisões urgentes com base em

“Os Governos tiveram que tomar decisões urgentes com base em informação incompleta e provisória, sem provas científicas maturadas.”

ESTUDO

informação incompleta provisória, sem provas científicas maturadas”.

Houve ainda alguns casos de adopção de uma “resposta nacionalista, ao não permitir a entrada de não nacionais”, sendo que houve “restrições de viagem com base na nacionalidade ou estatuto de residência”, o que discriminou e estigmatizou “certos indivíduos ou grupos” de pessoas.

O estudo faz ainda o alerta para o impacto destas restrições de viagem, que podem trazer “efeitos económicos desastrosos, particularmente nos países em desenvolvimento”. No que diz respeito aos trabalhadores migrantes, “as restrições de viagem foram particularmente cruéis”, uma vez que “muitos foram despedidos dos empregos, não conseguindo sustentar-se e regressar ‘a casa’. Vários países organizaram voos de repatriamento”.

Fernando Dias Simões destaca que, na óptica dos direitos humanos, “todas as pessoas têm o direito de sair livremente de qualquer país”, sendo que “ninguém pode ser arbitrariamente privado do direito de entrar no seu próprio país”.

## Macau não violou leis internacionais

Macau, Hong Kong ou China “não violaram o direito de entrada ou o direito de saída”, até porque “não há nenhum direito humano a entrar num país estrangeiro”, aponta o docente de Direito. Sobre o envio de informações sobre as medidas adoptadas à OMS, Fernando Dias Simões diz que não há dados públicos sobre essa matéria.

“Não sei se as autoridades de Pequim ou Macau reportaram estas medidas à OMS, ou que justificação científica apresentaram, e por isso não posso comentar. A verdade é que praticamente todos os membros da OMS aplicaram este tipo de medida em algum momento no seu combate contra a covid-19.”

O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos vigora em Macau e em Hong Kong, sendo que a China assinou o documento em 1998, mas não o ratificou. Todos os membros da OMS, um total de 194, respondem perante o Regulamento Sanitário Internacional. ■ **Andreia Sofia Silva**





NATALIDADE PEDIDO DE “PROCRIAÇÃO” NÃO CONVENCEU DEPUTADOS

# Os filhos dos outros

O Chefe do Executivo pediu, mas é muito pouco provável que da próxima vez que se deslocar ao hemiciclo as famílias dos deputados tenham aumentado. Os legisladores ouvidos pelo HM reconhecem que a natalidade é importante, mas não pensam em ter mais filhos

**N** Aterça-feira, na Assembleia Legislativa, Ho Iat Seng foi confrontado pelo deputado Lei Chan U sobre as medidas que podem ser implementadas para aumentar a taxa de natalidade. Na resposta, o Chefe do Executivo apontou que Lei só tinha um filho, que podia fazer mais, e apelou a todos os outros legisladores para que também dessem o seu contributo para a natalidade, pelo exemplo. No entanto, o pedido não convenceu os deputados a aumentarem as suas famílias.

Como Lei Chan U, ligado aos Operários, foi o deputado responsável pela pergunta sobre a natalidade e aquele directamente desafiado a ter mais um filho, o HM tentou entrar em contacto com o legislador para saber se tinha aceiteado o desafio. Todavia, ao longo do dia de ontem, Lei esteve incontactável. Uma postura muito diferente foi adoptada por Leong Sun Iok, colega de bancada de Lei, que aceitou falar do assunto.

Apesar de considerar que o assunto da natalidade é pertinente e de compreender o pedido de Ho Iat Seng, Leong Sun Iok admitiu que não tem planos para fazer crescer a família. “Já tenho um filho e uma filha e acho que o número é suficiente”, disse o deputado de 44 anos. Leong falou também de um ambiente difícil para a criação de muitos filhos, principalmente entre os mais jovens, devido ao problema da habitação.

Quem também não tem planos para alargar a família é Wong Kit Cheng, de 40 anos. A legisladora ligada à Associação das Mulheres, que também tem colocado na agenda o aumento da taxa da natalidade, não afasta de

“O meu tempo passou e nessa área já não tenho mais nada para contribuir.”

CHAN CHAK MO DEPUTADO

todo ter outro filho, mas, por enquanto, está focada na carreira. “Actualmente tenho um filho e vou continuar assim. Antes de tomar qualquer decisão sobre aumentar a família terei sempre que ponderar outros factores, como o meu trabalho”, justificou.

## Uma escolha individual

Também Song Pek Kei, deputada com 36 anos, e mãe recentemente, considera que manter-se como está. “Tenho uma criança com pouco mais de um ano, e não consigo imaginar-me a ter outra num prazo tão curto. Acho que é saudável ter um período de pausa, por isso, por agora, não penso em mais filhos”, reconheceu.

Numa fase mais avançada da vida, com 70 anos, também Chan Chak Mo aceitou comentar o assunto. “Eu não vou contribuir”, afirmou. “O meu tempo passou e nessa área já não tenho mais nada para contribuir”, acrescentou em tom bem humorado. O deputado tem uma filha.

Sobre se outros deputados deviam aceitar o desafio, Chan afirmou que é “uma decisão pessoal”, que implica muitos factores e que acarreta muita “responsabilidade”. Por isso, mostrou compreensão face aos casais que não querem ter muitos filhos. “Tem a ver com muitos factores, como as finanças, a capacidade de pagar uma renda maior, e claro que percebemos que é uma decisão que implica muitas responsabilidades, porque as pessoas têm de ponderar bem o futuro da família, a felicidade as capacidades de dar aos filhos uma vida segura”, respondeu.

Por sua vez, Ron Lam considera que o desafio de Ho Iat Seng terá sido uma tentativa de humor. O deputado mostrou igualmente compreensão face à reduzida taxa de natalidade por considerar que “a situação económica é difícil” e afirmou que pela sua parte, com duas filhas, “já cumpriu os planos familiares”. ■ João Santos Filipe e Nunu Wu

## Famílias na mira

■ Plano Director prevê optimização de espaço para atracções familiares

**E**M resposta a uma interpelação escrita do deputado Lei Chan U, a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) assegurou que a elaboração dos planos de pormenor do Plano Director inclui o desenvolvimento de terrenos e atracções destinadas a promover o turismo em família.

Como exemplo, a directora dos serviços de turismo, Maria Helena de Senna Fernandes, apontou a remodelação do Museu do Vinho e a criação de “áreas especiais” de lazer e entretenimento em áreas como o Porto Interior e Antiga Fábrica de Panções Iec Long.

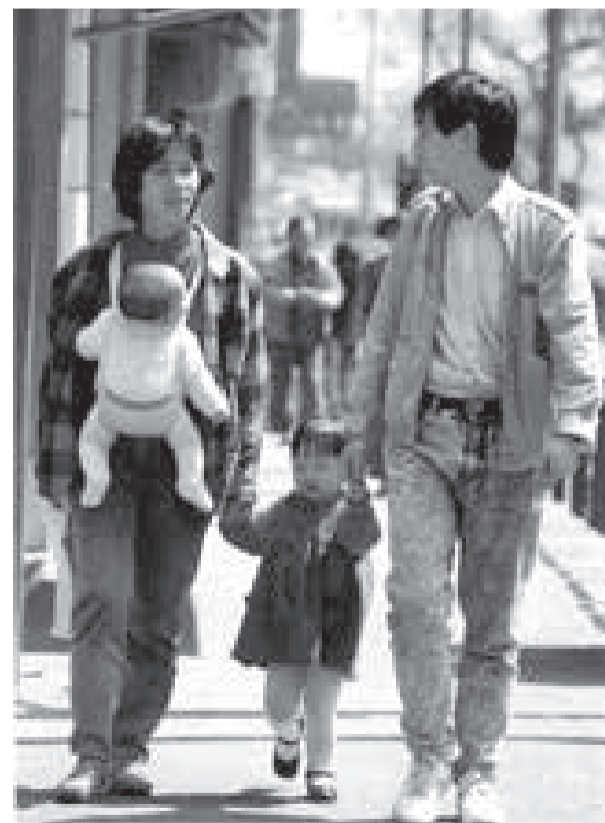
Por escrito, a DST lembra ainda a inauguração do museu do Grande Prémio no ano passado e sublinhou que Macau vai continuar a incentivar e apoiar as empresas e associações locais na criação de actividades dirigidas às famílias, capazes de aglutinar pontos de interesse

de diversas áreas, como é o caso das excursões locais.

“Muitas das actividades que temos vindo a subsidiar, combinam elementos gastronómicos, históricos, culturais, artísticos e tradições comunitárias. Através destas iniciativas interactivas temos sido capazes de diversificar a natureza das actividades turísticas de Macau”, pode ler-se na resposta ao deputado.

Recorde-se que, na interpelação enviada por Lei Chan U, o deputado lembrou que em 2018, 76,1 por cento das famílias do Interior da China viajaram em turismo, na companhia dos filhos e que, no futuro, “as viagens para pais e filhos vão ser o modelo dominante no mercado de turismo”, dado que a maioria dos pais nascidos depois dos anos 80 e 90 “atribuem maior importância à qualidade e têm capacidade de consumo mais forte face à população em geral”.

■ P.A.



## Wang Sai Man deixa Conselho Permanente da Concertação Social

O deputado e empresário Wang Sai Man foi substituído como representante das entidades patronais no Conselho Permanente da Concertação Social, de acordo com a decisão do secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong. As

alterações à constituição do CPCS foram publicadas ontem no Boletim Oficial. Wang fazia parte da comissão executiva como representante das associações de patrões a par do também empresário Vong Kok Seng. Com as alterações, Vong passa a

ser acompanhado por Alan Wong Yeuk Lai, proprietário da pastelaria Choi Heong Yuen. Ainda na Comissão Executiva, mas referente aos representantes dos trabalhadores, Lou Kun Peng mantém a posição, mas ganha a companhia de Kong Ioi Fai e O Lai Heong.

## Chou Chi Tak com mandato renovado na Comissão de Pesca

O mandato de Chou Chi Tak como presidente da Comissão de Apreciação relativa ao Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca foi renovado até Outubro deste ano, de

acordo com um despacho publicado ontem no Boletim Oficial. O documento está assinado pelo Chefe do Executivo, Ho Iat Seng. Além do mandato de Chou,

foram vários os vogais com os mandatos igualmente renovados, como foi o caso do empresário Chan Meng Kam, membro da comissão desde 2017.

## MELCO NA LISTA DE EMPRESAS EM VIAS DE EXPULSÃO DA BOLSA AMERICANA

A Melco Resorts and Entertainment e a Studio City International, ligadas ao empresário Lawrence Ho, foram colocadas na lista de empresas chinesas em vias de serem expulsas do mercado bolsista norte-americano. A informação foi adiada ontem pelo portal GGR Asia, que explica que as empresas têm até 3 de Maio para responder às exigências do regulador Securities and Exchange Commission (SEC), em relação à auditoria das contas.

Anteriormente, o presidente da SEC, Gary Gensler, afirmou que se as empresas estrangeiras que querem participar no mercado norte-americanos “devem sujeitar-se aos escrutínio do Conselho Público de Supervisão Contabilística das empresas”. Contudo, a China recusa que a contabilidade das suas empresas seja analisada pelas autoridades americanas, por motivos de segurança nacional. Os dois países têm estado a trabalhar numa solução para o problema.

A Melco Resorts and Entertainment faz parte do índice NASDAQ, enquanto a Studio City International integra a Bolsa de Nova Iorque.

Segundo a correctora Sanford C. Bernstein, num relatório elaborado pelo analista Vitaly Umansky, neste momento não existe o risco a curto prazo que a Melco Resorts seja expulsa dos mercados bolsistas americanos. Contudo, foi igualmente explicado que a questão tem de ser resolvida até 2024. Caso contrário, a expulsão dos mercados bolsistas americanos pode mesmo tornar-se uma realidade. Segundo Vitaly Umansky, caso se confirmem as piores expectativas, a solução pode passar por integrar a Melco Resorts and Entertainment na empresa Melco International Development, que integra a bolsa de Hong Kong. ■

FMI PIB CRESCE 15,5% ESTE ANO E 23% EM 2023. NÍVEL PRÉ-PANDÉMICO SÓ EM 2025

# Até ao meu regresso

A braços com a crise gerada pela pandemia, Macau deverá ver o seu PIB crescer 15,5 por cento este ano. Segundo o Fundo Monetário Internacional, será apenas em 2025 que o PIB deverá ultrapassar o nível prépandemia devido à retoma gradual da procura interna e do regresso dos turistas. Nova lei do jogo, crise imobiliária e surtos de covid-19 são ainda “grandes riscos”



O Produto Interno Bruto (PIB) de Macau deverá crescer 15,5 por cento este ano e 23 por cento em 2023, mas o nível pré-pandemia só será alcançado em 2025, indicam as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgadas ontem, citadas pela Agência Lusa.

A retoma económica será “impulsionada pelo regresso gradual de turistas e pela recuperação da procura interna”, assinala-se no relatório, que justificou a estimativa de crescimento em 2023 com o “aumento do investimento ligado à emissão de novas concessões de jogo e maior integração com a área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”.

O FMI prevê que depois, a partir de 2024, o crescimento irá convergir para 3,5 por cento, indicando ao mesmo tempo que a inflação deve acelerar em 2022 e estabilizar em cerca de 2,5 por cento a médio prazo.

“O regresso gradual dos turistas e o reforço da procura interna

vão apoiar a recuperação a curto prazo, ao mesmo tempo que o aumento do investimento, ligado à emissão de novas concessões de jogo, e uma maior integração na Grande Baía impulsionará o crescimento a médio prazo. No entanto, dada a profundidade das perdas económicas durante a pandemia, o nível do PIB deverá ultrapassar o seu nível précrise apenas em 2025”, indicou.

### Pedras no caminho

O FMI assinalou ainda que, apesar do controlo da pandemia de covid-19 e a integração “mais rápida” do que seria expectável na

“Dada a profundidade das perdas económicas durante a pandemia, o nível do PIB deverá ultrapassar o seu nível précrise apenas em 2025.” FMI

Grande Baía, “uma regulamentação mais rígida na indústria do jogo” e algum impacto no sector financeiro “poderá abrandar o ritmo da recuperação”.

“A resposta política do Governo ajudou a estabilizar o emprego e o consumo, preservando a saúde e a segurança das pessoas. No entanto, o colapso da actividade económica, principalmente devido às fracas exportações de serviços, destacou a dependência excessiva da RAEM na indústria do jogo”, acrescenta o relatório.

O FMI salientou também que permanecem “grandes riscos” para Macau. Além de um possível ressurgimento da pandemia de covid-19 e da nova legislação ligada ao jogo, sublinha-se o impacto negativo da proibição na China continental de serviços de ‘marketing’ associados aos casinos, bem como o efeito de uma possível crise do setor imobiliário de larga escala a nível nacional.

Por outro lado, “a diminuição da capacidade de serviço da dívida das famílias devido às perdas de rendimento induzidas pela pandemia e às pressões mais restritivas sobre as empresas não financeiras decorrentes do contexto global podem afectar negativamente o sistema bancário”, referiu.

“A mudança climática é uma preocupação de longo prazo para a economia”, de acordo com o relatório. ■

## Casinos-satélites proibidos de receber receitas

Os casinos-satélites devem perder a capacidade para “gerir as actividades financeiras dos casinos, nomeadamente em matérias de contabilidade ou de liquidação de fichas e de valores de apostas”. A proposta é do Governo e faz parte do novo regime da actividade de exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, que foi ontem revelada no portal da Assembleia Legislativa. Segundo a proposta, as “sociedade gestoras”, ou seja, as empresas dos casinos-satélite, ficam igualmente proibidas de partilhar as receitas dos casinos com as concessionárias, como agora acontece. Em vez disso, as receitas das sociedades gestoras têm de passar pela cobrança de “despesas de gestão”. ■

## COOPERAÇÃO FÓRUM MACAU RECEBE VISITA DE VICE-GOVERNADOR DE ZHEJIANG



O Fórum Macau recebeu esta terça-feira a visita de Zhu Congjiu, vice-governador

da província de Zhejiang. Segundo uma nota de imprensa, o encontro versou sobre a Reunião Extraordinária Ministerial do Fórum de Macau, realizada no último domingo, tendo sido debatidos temas como o aproveitamento do papel de Macau como Plataforma, o reforço das relações entre a província

de Zhejiang e os países de língua portuguesa. Foi também discutido “o aprofundamento da cooperação económica e comercial entre Zhejiang e Macau, bem como entre Zhejiang e os países de língua portuguesa”.

Zhu Congjiu indicou que, nos últimos anos, foram organizadas diversas actividades de promoção

de grande envergadura em Zhejiang, as quais tiveram como objectivo “explorar activamente os mercados dos países de língua portuguesa de modo a aprofundar a cooperação triangular entre Zhejiang, Macau e esses países. Por sua vez, os delegados dos países de língua portuguesa junto do Fórum

de Macau saudaram a visita da delegação da província de Zhejiang, tendo trocado “impressões com a delegação de Zhejiang no âmbito da promoção da cooperação económica e comercial entre os seus países e Zhejiang”. Foram ainda feitas “apresentações resumidas sobre os seus países”. ■

SERVIMOS COM QUALIDADE E PROFISSIONALISMO

Farmácia Lotus  
A sua Farmácia Comunitária

Lotus Pharmacy

Nova Terra Garden, Rua de São João 407-413, Tapa - Macau SAR - Tel. 2883 5088 - www.lotuspharmacy.com



RÓMULO SANTOS



“As zonas húmidas podem servir como protecção da zona costal [...] contra intrusões causadas pela subida do nível da água”

ATERROS CUSTOS ECOLÓGICOS E MENOR PROTECÇÃO CONTRA CHEIAS

# A vingança das águas

A criação de aterros contribuiu para o desenvolvimento da riqueza e do bem-estar. Mas a destruição de zonas húmidas tem um custo e prejudica a capacidade de fazer frente a cheias. São estas as conclusões de um estudo sobre os aterros em Macau

**O**S aterros trouxeram um grande desenvolvimento económico e desenvolveram a vida da população de Macau ao longo de anos, mas têm um preço ambiental elevado. A conclusão faz parte de um estudo publicado por Wu Shangchen, Lu Youshen e Fang Hanwei, académicos da Universidade de Renmin, Universidade Tecnológica de Tianjin e Escola Internacional Harrow, respectivamente.

Com o título “A Evolução do Processo de Recuperação de Terras em Macau e o Impacto na Economia e Ecologia”, o artigo da revista Pesquisa sobre os Avanços na Economia, Comércio e Gestão foca os aterros criados e indica parte dos efeitos negativos. O principal exemplo são os mangais a frente das Casas Museu da

Taipa. Segundo os autores, os mangais daquela zona eram os maiores do território, com uma área de 75,2 hectares. Contudo, a recuperação de terras separou a zona húmida da água do mar, o que levou a um empobrecimento da qualidade da água, que tem levado os mangais a secarem. “A morte daqueles mangais pode ter um grande impacto na ecologia local devido à importância para o ecossistema”, é avisado.

Os académicos recorrem ainda a imagens de satélite para mostrar que desde 1989, altura em que começam a análise com recurso a imagens, a vegetação tem diminuído de forma acentuada em Macau. O ritmo de destruição das zonas verdes tem acelerado desde 2010: “Vemos que há um aumento muito considerável da área convertida em terra para construção. No entanto, as zonas verdes estão

a ser reduzidas, especialmente desde 2010”, explicam. “Macau precisa de prestar especial atenção à protecção da vegetação”, alertaram.

## Impacto para as cheias

Além da protecção dos ecossistemas e do impacto para a variedade de espécies animais na RAEM, os académicos explicam que a destruição de mangais e pântanos deixa o território menos preparado para lidar com as situações de cheias e de subida do nível das águas.

“As zonas húmidas podem servir como protecção da zona costal, em regiões como Macau, contra intrusões causadas pela subida do nível da água, durante períodos de storm surge”, foi apontado. “Mas o desaparecimento das zonas húmidas na costa vai afectar a capacidade de drenagem da cidade durante cheias, e fazer

com que Macau tenha uma maior vulnerabilidade contra desastres naturais, especialmente face à subida do nível médio das águas nos próximos anos”, é indicado.

Apesar do estudo deixar um alerta para a destruição dos espaços verdes, os académicos reconhecem a importância dos aterros, com benefícios “que não podem ser ignorados”. Segundo os autores, a estratégia de recorrer a aterros “permitiu melhorar o nível de vida da população” e desenvolver infra-estruturas, para habitação, educação ou serviços públicos que de outra forma não teria sido criadas. O Cotai é indicado como o melhor exemplo, pela importância que assumiu para a economia local, no período pré-covid-19, com uma contribuição de 54,18 por cento do Produto Interno Bruto. ■ **João Santos Filipe**

## Turismo Pedidas medidas de apoio

O presidente da Associação de Inovação e Serviços de Turismo de Lazer de Macau, Wong Fai, espera que o Governo lance medidas de apoio para o sector de turismo, dado que o surto da COVID-19 na China ainda não está controlado. O pedido surge na sequência de Ho Iat Seng ter previsto que o Dia do Trabalhador vai ser uma época baixa para o turismo, ao contrário do que acontecia no passado. Segundo o jornal Ou Mun, Wong Fai o apoio é apenas uma medida temporária, uma vez que o Chefe do Executivo indicou que no futuro, quando o estado da pandemia se tornar estável no Interior, que vai fazer tudo para que sejam aprovadas excursões vindas de Xangai, Jiangsu, Zhejiang, Fujian e Guangdong. Wong considerou que o fim da suspensão das excursões é muito importante e que vai ser um forte estímulo para o sector, até porque as províncias mencionadas têm uma grande capacidade de consumo. Neste sentido, Wong Fai espera que o Governo concretize tão depressa quanto possível a recuperação das excursões de grupo.

## Preços turísticos Índice cresce 1,02% no primeiro trimestre

Ao final dos primeiros três meses de 2022, o Índice de Preços Turísticos (IPT) foi de 116,96 crescendo 1,02 por cento, em termos anuais. Segundo uma nota oficial divulgada ontem pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), tal ficou a dever-se à conjugação do aumento do preço “dos pastéis e doces, dos fogos de artifício e dos panchões” e do decréscimo do preço “dos quartos de hotéis e das malas”. Comparando com o primeiro trimestre de 2021, em 2022, o índice de preços da secção “divertimento e actividades culturais” aumentou “significativamente”, ou seja, 22,27 por cento. Já o índice de preços das secções “alojamento” (-3,70 por cento) e “vestuário e calçado” (-1,36 por cento) decresceram. Em relação ao trimestre anterior o IPT diminuiu 1,77 por cento, com os preços das secções “alojamento” e “vestuário e calçado” a caírem 18,96 e 4,74 por cento. Por seu turno, os índices de preços das secções “divertimento e actividades culturais” (+24,01 por cento) e “produtos alimentares, bebidas alcoólicas e tabaco” (+6,96 por cento) aumentaram.

## Covid-19 Novo caso assintomático

Um residente de Macau de 63 anos, proveniente das Filipinas, via Singapura, testou positivo à covid-19 durante a quarentena, após ter chegado ao território na passada terça-feira, tendo sido classificado como caso importado de infecção assintomática. Vacinado com duas doses da vacina da Sinovac e uma dose de reforço da vacina da BioNTech, o homem testou negativo para a doença em testes realizados nos dias 4, 6 e 8 de Abril nas Filipinas e na segunda-feira, ao chegar a Macau. Contudo, no dia seguinte o homem acusou positivo, tendo sido encaminhado para o Centro Clínico de Saúde Pública no Alto de Coloane para isolamento médico. Até ao momento foram registados em Macau 82 casos confirmados de covid-19 e 78 casos de infecção assintomática.

## Código de Saúde obriga a declarar data de viagem

A aplicação do Código de Saúde, que permite seguir o percurso feito pelas pessoas no quotidiano, passou a exigir desde ontem a declaração do último dia de viagem, em caso de deslocação ao exterior. Antes desta alteração, os cidadãos tinham de declarar os locais onde tinham permanecido nos últimos 21 dias, mas não tinham de mencionar a data do último dia de viagem. Com as mudanças, os cidadãos podem ser informados automaticamente sobre a obrigação de fazerem testes de ácido nucleico ou de serem isolados, no caso de terem estado numa zona considerada de risco. “Se o teste de ácido nucleico não for realizado conforme é necessário, o sistema irá emitir um alerta de que o ‘Código de Saúde de Macau’ será bloqueado como ‘código amarelo’ ou ‘código vermelho’”, é alertado.



## OLHOS NO CÉU ESTUDANTE DETIDO POR APONTAR CÂMARAS PARA O CHÃO

O Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) deteve no sábado, um estudante do ensino secundário, de 17 anos, por ter desviado duas câmaras de videovigilância do sistema “olhos no céu”, instaladas nas duas extremidades do túnel subterrâneo do Terminal Marítimo do Porto Exterior.

Segundo informações do CPSP citadas pelo canal chinês da TDM-Rádio Macau, o caso ocorreu na passada sexta-feira, altura em que o estudante, fardado com o uniforme escolar, terá virado “deliberadamente” os dois dispositivos em direcção ao chão, impedindo o registo de imagens do local. Após a detenção, o menor admitiu ter movido as duas câmaras com as mãos, depois de ter decidido dar um passeio após as aulas, alegando não ter qualquer intenção de danificar os equipamentos.

O caso seguiu para o Ministério Público (MP), onde o estudante irá responder pelo crime de dano qualificado. De acordo com a lei, “quem destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável coisa alheia” posta sob protecção oficial pela lei ou que possua um importante significado para o desenvolvimento económico ou tecnológico, pode ser punido com pena de prisão entre 2 a 10 anos. ■ P.A. e N.W.

## Cotai Taxista embriagado provoca acidente

Um taxista de 60 anos foi considerado culpado pela ocorrência de um acidente de viação na rotunda do Cotai, que envolveu três viaturas no sábado passado. De acordo com informações do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) citadas pelo canal chinês da TDM-rádio Macau, o taxista estava embriagado na altura do acidente, tendo colidido com um motociclo e um veículo ligeiro que circulavam na rotunda. Do acidente, resultaram três feridos ligeiros, incluindo os condutores do motociclo e do ligeiro. Submetido ao teste de alcoolemia, o taxista acusou um nível de 1,81 gramas de álcool por litro de sangue.

ROMULO SANTOS



LAVAGEM DE DINHEIRO QUATRO  
RESIDENTES ENVOLVIDOS EM REDE  
QUE MOVIMENTOU 7,5 MILHÕES

# Lavandaria popular

A Polícia Judiciária deteve quatro residentes por envolvimento numa rede criminosa dedicada à lavagem de dinheiro oriundo da China. Desde 2016, estima-se que o grupo tenha movimentado cerca de 7,5 milhões de dólares de Hong Kong num esquema que implicou um motorista e várias pessoas oriundas do Interior, cuja função passava por comprar e vender telemóveis e trocar dinheiro ilegalmente

A Polícia Judiciária (PJ) deteve na passada segunda-feira quatro residentes de Macau suspeitos de estar implicados numa rede criminosa dedicada a lavar dinheiro proveniente do Interior da China desde 2016, que terá movimentado cerca de 7,5 milhões de dólares de Hong Kong.

De acordo com informações divulgadas ontem em conferência de imprensa, o caso veio a lume após a PJ ter descoberto no mês passado, um outro caso de lavagem de dinheiro que implicava a vinda de pessoas do Interior da China que usavam as suas contas bancárias para adquirir e revender telemóveis em grandes quantidades, de forma a obter o dinheiro, que era depois enviado de volta para a China. Na altura, foram detidas oito pessoas, quatro residentes de Macau e quatro residentes do Interior da China.

### Cabecilha de Macau

Durante a investigação, a PJ descobriu que um dos residentes de Macau detidos mantinha contacto com homem de 32 anos, de apelido Loi, que estaria responsável por prestar auxílio às operações de lavagem de dinheiro. Mais tarde, as autoridades viriam confirmar que Loi era o cabecilha da rede criminosa, estando incumbido de arranjar pessoas do Interior da

China dispostas a abrir contas bancárias para onde era transferido “dinheiro sujo”, obtido a partir de burlas e outros esquemas ilegais destinados a extorquir dinheiro das vítimas.

Chegados a Macau, os cúmplices oriundos do Interior da China tinham como missão lavar o dinheiro através de operações de câmbio ilegal e da aquisição de telemóveis através de cartões de crédito associados às suas contas bancárias onde estavam os montantes provenientes das burlas. Feitos os gastos, os produtos eram depois revendidos e, já na posse do dinheiro, os montantes “lavados” eram transferidos de volta para o Interior da China, com recurso a casas de penhores.

Exemplo disso, revelou o porta-voz da PJ, foi o facto de uma loja de telemóveis ter denunciado que, num curto espaço de tempo, terem surgido clientes a comprar vários dispositivos de uma só vez,

Loi era o cabecilha da rede criminosa, estando incumbido de arranjar pessoas do Interior da China dispostas a abrir contas bancárias para onde era transferido “dinheiro sujo”



dependendo mais de um milhão de patacas numa só compra.

### Milhões encapotados

Recolhidos os dados, a PJ iniciou uma operação na passada segunda-feira e, a partir da residência de Loi, seguiu todos os passos que o suspeito deu durante essa noite.

Seguindo de carro, o suspeito começou por parar na casa de uma mulher de 34 anos que lhe terá entregue um determinado montante em dinheiro. Daí seguiu para a zona do NAPE onde se encontrou com um motorista para lhe dar o dinheiro.

O motorista, por sua vez, seguiu para a zona da Areia Preta onde se encontrou com um quarto suspeito. Nesse momento, a polícia resolveu intervir e deteve os dois homens, que tinham na sua posse, um total de 345 mil dólares de Hong Kong. Ao mesmo tempo, o suspeito de apelido Loi foi detido no NAPE

por outra equipa da PJ. No dia seguinte, foi a vez de a mulher ser também detida em sua casa.

Durante o interrogatório, apenas o motorista colaborou com a polícia, admitindo ter sido contratado para transportar dinheiro e que uma vez ajudou a trocar dinheiro ilegalmente, tendo recebido 5.000 patacas pelo serviço.

Aprofundada a investigação, a PJ conseguiu ainda apurar que há, pelo menos, 15 pessoas oriundas do Interior da China envolvidas no caso e que, cada uma delas, estaria incumbida de “lavar” entre 500 mil e 1 milhão de dólares de Hong Kong. As autoridades admitem que, apesar da detenção dos quatro suspeitos, a rede criminosa continua a funcionar.

Os quatro residentes foram acusados dos crimes de associação criminosa e branqueamento de capitais. ■ Pedro Arede



Celeste C. Da Luz, formada em artes no Reino Unido, faz parte da nova geração de artistas de Macau, tendo começado a expor em 2018. O seu mais recente trabalho, “In Between”, uma instalação, poderá ser vista na exposição “Forget the Frame”, em Mong-Há, a partir do dia 23 deste mês

**N**O trabalho de Celeste C. Da Luz, na maioria pinturas, a cor anda de mãos dadas com as ideias sobre aquilo que somos e do mundo à nossa volta. Formada em Comunicação e Media pela Universidade de Macau, Celeste C. Da Luz resolveu apostar na formação como artista no Reino Unido. Tendo começado a expor o seu trabalho em 2018, ela faz parte da nova geração de artistas de Macau.

O seu mais recente projecto, “In Between”, uma instalação de grandes dimensões, que ocupará todo o segundo andar de uma das vivendas de Mong-Há, pode ser visto no âmbito da exposição “Forget the Frame”, promovida pela Associação para o Desenvolvimento das Novas Mulheres de Macau, e que abre portas dia 23.

“Para mim, o objectivo de criar obras de arte é expressar as minhas próprias emoções e sentimentos”, começa por revelar, em entrevista. “In Between” é, até à data, um dos maiores trabalhos que criou.

“Normalmente, quando faço uma pintura, trabalho com o formato normal, com uma tela e moldura, mas desta vez tentei sair deste formato e formar grandes peças de um campo e estendê-las até ao tecto.”

Esta ideia está, aliás, ligada à temática da própria exposição, que visa quebrar preconceitos e estereótipos de género, levando as mulheres a definirem o papel que querem para si próprias, ao invés de cumprirem papéis definidos pela sociedade e pelos outros.

“A ideia por detrás deste trabalho é como uma transição entre capítulos da minha vida. O tema desta exposição é o esquecimento dos padrões e a tentativa de criar algo novo. Desta vez tentei criar uma peça que se refere a estas ideias, e é como uma descoberta, como algo que

nunca tenha feito antes. A quantidade de materiais que tive de usar para esta peça e o espaço que ocupo em estúdio foram muito diferentes e superiores em relação aos trabalhos anteriores”, frisou Celeste C. Da Luz.

Um olhar breve sobre a sua obra permite perceber que a artista se move bem no campo abstracto. Mas Celeste C. Da Luz não quer restringir-se unicamente a esse universo.

“Não me restrinjo ou me defino apenas como uma artista ligada ao universo abstracto, mas é um estilo do qual gosto bastante. Antes trabalhava mais com objectos reflectivos, como o espelho, porque gostava de saber mais sobre a história dos materiais e de como afectam a vida das pessoas e mudam o seu pensamento. Então trabalhava com esses objectos e criava diferentes formatos em espaços e convidava as pessoas a interagir com o meu trabalho. Interesse-me, portanto, por diferentes temas artísticos.”

**“Neste momento tento aceitar que em Macau ser artista é apenas uma das minhas entidades.”**

Acima de tudo, Celeste C. Da Luz acredita que cada pessoa que olhe para as suas obras ou cada crítico de arte vai apresentar diferentes opiniões e perspectivas. “Não me importo da forma como as pessoas me identificam ou categorizam o meu trabalho”, frisou.

#### Fotografia como hobby

Celeste C. Da Luz cria porque pretende expressar algo. “O objectivo de criar obras de arte é expressar as minhas próprias emoções e sentimentos.

Também adoro trabalhar com diferentes cores, e interessou-me muito pela forma como a cor afecta as emoções das pessoas, e sobre o que representa. A arte é como uma expressão de mim mesma, mas há muitas interacções com o público.”

Quando pinta quadros, Celeste C. Da Luz expressa-

-se a si mesma, mas quando cria instalações estabelece uma maior interacção com o público, adiantou.

Fotografar é algo muito presente no seu dia-a-dia, constituindo uma influência para o seu trabalho como artista. “Tenho o hábito de tirar fotografias todos os

**“Não me restrinjo ou me defino apenas como uma artista ligada ao universo abstracto, mas é um estilo do qual gosto bastante.”**

dias. Gosto de observar as coisas à minha volta, é uma grande inspiração para o meu trabalho, apesar de não pintar essas imagens ou objectos reais. A observação é muito importante para mim.”

Questionada sobre o percurso que pretende fazer como artista, Celeste C. Da

**ARTE** “IN BETWEEN” É A INSTALAÇÃO QUE CELESTE C. DA LUZ LEVA ÀS VIVENDAS

# Cor e exp





NDAS DE MONG-HÁ

# Pressão



Luz assume que, em Macau, é difícil viver apenas da arte. “Neste momento tento aceitar que em Macau ser artista é apenas uma das minhas entidades. Gosto muito de ser artista, mas penso que não posso ser apenas isso e viver disso. Como mulher, temos várias identidades e

diferentes papéis que temos que desempenhar. E para mim ser artista é um dos papéis e identidades que assumo, mas se me perguntar como quero construir a minha carreira em Macau, diria que vou continuar a criar as minhas peças e a participar em exposições, mas

para mim, neste momento, é ainda difícil ser verdadeiramente uma artista. Então é apenas uma das coisas que posso fazer e das quais gosto imenso”, rematou. ■  
**Andreia Sofia Silva**

## Drones Gala acontece em Maio e traz oito espectáculos

A “Gala de Drones Brilha sobre Macau” acontece entre em Maio, nos dias 1 e 2, e depois no fim-de-semana seguinte de 7 e 8. O evento, organizado pela Direcção dos Serviços de Turismo (DST), apresenta um total de oito espectáculos, que decorrem na zona do lago Nam Van. Este ano a gala tem como tema “Macau nas quatro estações” e visa ligar os espectáculos de drones com as características do território, nomeadamente no que di respeito à

arquitectura e património. A organização decidiu aumentar o número de drones utilizados no evento, que será de 880, apresentando também imagens tridimensionais. Em simultâneo, serão acrescentadas outras actividades complementares sobre drones, como a exibição de um grande drone, a demonstração de desenhos característicos formados por drones, a organização de um concurso de fotografia e de design de formação.



## CINEMA NOVO FILME DE JOÃO BOTELHO EM MAIO

O realizador João Botelho estreia, a 12 de Maio, nos cinemas, “Um filme em Forma de Assim”, “organizado como um sonho, estruturado como um musical” a partir da obra de Alexandre O’Neill, revelou ontem a distribuidora NOS Lusomundo Audiovisuais. O filme, que terá estreia este mês no festival IndieLisboa, é apresentado como uma homenagem ao escritor Alexandre O’Neill, a partir da obra literária, com argumento assinado por João Botelho e Maria Antónia Oliveira, autora de uma biografia sobre o autor.

“Na estrutura deste filme pensei sempre na criação desenfreada do escritor, onde a confrontação entre o erudito e o popular atinge o que se pode designar como a procura surrealista do Belo”, escreveu João Botelho na nota de intenções. Nalonga-metragem, João Botelho conta com excertos dos “magníficos textos” de Alexandre O’Neill, ditos e cantados pelo elenco, e recria “cenas que constroem uma narrativa tão justa como inovadora” sobre o universo literário do poeta e cronista.

“Ninguém é O’Neill neste filme, mas todos, principais e secundários, são o escritor,

porque em cenas criadas por ele, em outras inventadas por mim, transportam a sua magnífica escrita. E como justas ligações entre algumas sequências serão reveladas fotografias abstratas ou de pormenores feitas pelo próprio O’Neill e que ninguém conhece”, explicou João Botelho. “Um filme em Forma de Assim” conta com as interpretações de Pedro Lacerda, Inês Castel-Branco, Cláudio da Silva, Crista Alfaiate, Ana Quintans, Luís Lima Barreto, Carmen Santos, Rita Blanco, Maria João Pinho, Dinarte Branco, Pedro Inês, entre outros. ■

PUB.

官樂怡基金會  
FUNDAÇÃO RUI CUNHA

veja aqui o programa

10 Anos ANIVERSÁRIO CELEBRAÇÃO

## INVASÃO TAIWAN PUBLICA MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA

O exército de Taiwan divulgou ontem um manual de como os civis devem agir caso a ilha seja invadida pela China, e que inclui sugestões sobre armazenamento de alimentos e como encontrar abrigo durante bombardeamentos. O guia de 28 páginas contém informações que o “público em geral pode usar como um manual de emergência no caso de uma crise militar ou desastre natural”, disse o porta-voz do ministério da Defesa de Taiwan, Sun Li-fang, em conferência de imprensa.

É a primeira vez que o exército taiwanês publica este tipo de manual. Inspirado em folhetos semelhantes publicados na Suécia e no Japão, o documento instrui os moradores sobre como encontrar abrigos antiaéreos usando aplicações móveis, como reconhecer sirenes de ataque aéreo e outros comportamentos a serem seguidos no caso de um bombardeamento ou desastre natural.

Além disso, a ilha realizou na terça-feira exercícios militares, com o objectivo de testar as capacidades conjuntas de comando e controlo da defesa aérea das tropas, disse um porta-voz da autoridade de defesa de Taiwan, depois de residentes em muitos locais da ilha, incluindo Taipé e Nova Cidade de Taipé terem sido despertados pelo som de aviões de guerra, informou na terça-feira a imprensa da ilha.

Os aviões de combate F-16 e IDF de Taiwan simularam aviões de guerra

chineses do continente, noticiaram os meios de comunicação social de Taiwan. Também na terça-feira, a autoridade de defesa de Taiwan divulgou um manual de defesa civil destinado a ensinar os residentes na ilha a procurar refúgio em grandes emergências, incluindo um conflito militar, informou a imprensa de Taiwan, afirmando que o manual em língua chinesa contém códigos QR para que os utilizadores possam digitalizar para aceder a instruções sobre para onde ir e o que fazer numa grande emergência.

Isto também foi questionado pelo público da ilha, com muitos a perguntarem se os códigos QR e uma rede móvel ainda estariam funcionais se as infra-estruturas de comunicações fossem destruídas. De um ponto de vista militar, tanto os exercícios como o manual são inúteis para salvar as forças secessionistas da “independência de Taiwan”, caso ocorresse um conflito entre as duas vias, uma vez que “as capacidades esmagadoras do Exército de Libertação do Povo Chinês (EPL) os tornarão inúteis”, disse um perito militar chinês do continente na terça-feira, solicitando o anonimato.

Mesmo que eclodisse um conflito militar, “o EPL apenas visará secessionistas, e não pessoas comuns”, disse o perito, observando que a autoridade de defesa de Taiwan tem uma má intenção ao emitir o manual, uma vez que está a tentar fazer propaganda da “ameaça” do continente. ■

O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês Zhao Lijian opôs-se firmemente à hegemonia dos EUA quando lhe foi pedido que comentasse um novo inquérito conduzido por Huanqiu.com, que mostrou que quase 90 por cento dos internautas chineses acreditam que os EUA são um país hegemónico e um destabilizador na questão da Ucrânia. “Tomei nota da sondagem, que reflecte a voz pela justiça da maioria”, disse Zhao numa conferência de imprensa na terça-feira.

“O desdobramento da questão da Ucrânia é absolutamente claro. Os movimentos da OTAN liderada pelos EUA agravaram a tensão entre a Rússia e a Ucrânia até ao ponto de ruptura. Os EUA, em vez de tomarem medidas reais para aliviar a situação, têm vindo incessantemente a adicionar combustível à fogueira, aumentando o conflito, forçando outros países a escolher lados e criando um efeito arrepiante de ‘amigo ou inimigo’”, observou Zhao. “O que pode isto representar além de hegemonia e intimidação?”, perguntou.

A 30 de Março, o relato oficial Weibo de Huanqiu lançou uma série de sondagens perguntando aos internautas “qual é o papel dos EUA na questão da Ucrânia”, “como vêem a ameaça dos EUA de sancionar a China”, e o que pensam da “Estratégia Indo-Pacífico dos EUA”.

Entre as respostas recebidas até quinta-feira, 89,2% dos inquiridos acreditam que os EUA são um país hegemónico e um destabilizador na questão da Ucrânia. Apenas 5,6 por cento, ou 672 pessoas, pensam que os EUA são justos, enquanto 5,2 por cento dizem não ter a certeza.

Cerca de 92,2% dos inquiridos acreditam que a ameaça dos EUA de sancionar a China é um comportamento intimidatório e coercivo que não pode esconder a sua verdadeira intenção. Apenas 4,2% acreditam que os EUA pretendem acabar com a guerra e promover a paz, e 3,6% afirmaram não ser claro.

Zhao salientou que os EUA também têm estado constantemente a espalhar desinformação para difamar a China e distorcer a posição



90% DOS INTERNAUTAS CHINESES ACUSAM ESTADOS UNIDOS DE PRETENDEREM HEGEMONIA

# “Hegemonia e intimidação?”

responsável da China de facilitar as conversações de paz. “A sua ordem do dia é transferir as culpas, fazer provocações, lucrar com a situação e procurar espaço para reprimir a China e a Rússia simultaneamente. O que pode isto ser além de hegemonia e intimidação?”

“A questão da Ucrânia revela o que os EUA fazem para conseguir a hegemonia e a intimidação. Agarrando-se à mentalidade da Guerra Fria, os EUA estão obcecados em traçar linhas ideológicas ao formar cliques fechadas e exclusivas e fomentar a oposição e o confronto. A

verdadeira agenda é prolongar a hegemonia e a política de poder dos EUA. Sob a bandeira da democracia, liberdade e direitos humanos, os EUA instigam ‘revoluções coloridas’ que provocam disputas regionais, e chegam ao ponto de travar directamente guerras contra outros países que agravam as tensões na situação de segurança regional e global”, afirmou Zhao, observando que o esquema é o lucro de enormes interesses económicos e vantagens geopolíticas através da instabilidade.

“Empunhando deliberadamente o bastão das sanções unilaterais, os EUA

também se envolvem em coerção económica que mina gravemente a estabilidade das cadeias industriais e de abastecimento globais”, disse Zhao. O porta-voz exortou os EUA a enfrentarem a opinião pública mundial, incluindo a China, a rejeitarem a mentalidade da Guerra Fria e a soma zero, bem como o pensamento obsoleto de procurar a sua segurança absoluta à custa da dos outros, e a regressarem ao caminho da defesa da equidade e da justiça internacionais. ■



# Vinde e multiplicai-vos

Empresas portuguesas são bem-vindas ao mercado Chinês



As empresas portuguesas são “muito bem-vindas” ao imenso mercado chinês, disse nesta terça-feira o embaixador da China em Portugal, Zhao Bentang. A embaixada “fornecerá toda a assistência necessária” a essas empresas, acrescentou. O comentário foi feito num seminário online intitulado “Promoção da 5ª Exposição Internacional de Importação da China (CIIE)”, onde o embaixador destacou a importância das relações comerciais bilaterais entre Portugal e a China.

Os dois países “sempre mantiveram relações amistosas e cooperativas, e as duas economias são altamente complementares”, disse. A China é um “grande mercado para produtos de origem protegida e de elevado valor acrescentado”, com destaque para os vinhos, azeites e frutas portuguesas, sublinhou Zhao.

O embaixador sublinhou que a China “enviou uma mensagem clara ao mundo” de que o país está de “portas abertas” e que a China partilha com Portugal “a mesma vontade de cooperação a um alto nível”.

Além disso, o embaixador de Portugal na China, José Augusto Duarte, destacou no seminário que o entendimento político

entre os dois países sempre foi excelente. “A China está sempre pronta a ouvir e ajudar Portugal, mesmo neste contexto mundial difícil”, disse o diplomata português.

Agora é necessário que os dois países trabalhem para “equilibrar a balança comercial”, que, em sua opinião, deve “corresponder melhor ao tamanho da cooperação política”. “A organização deste evento CIIE, que é o maior na área das exportações, é especialmente importante para aumentar e fortalecer o comércio”, acrescentou Duarte.

A área de exposição portuguesa será ampliada na 5ª edição da feira, que será realizada pelo Ministério do Comércio chinês de 5 a 10 de novembro em Shanghai. Em 2021, o evento contou com a presença de cerca de 3 mil empresas expositoras de 127 países e regiões, e recebeu aproximadamente 480 mil visitantes.

A feira será dividida em três segmentos: o congresso econômico Fórum de Hongqiao, pavilhões institucionais nacionais e uma exposição de negócios dividida em seis setores: alimentos e produtos agrícolas, automóveis, bens de consumo, medicina e saúde, tecnologia da informação e comércio de serviços. ■

## HONG KONG CANDIDATO PROMETE OUTRA MÚSICA

Overnúmero dois do Governo de Hong Kong John Lee considerou ontem que ser o único candidato ao cargo de líder do território “não é fácil”. Ao apresentar formalmente a candidatura, Lee disse ter já o apoio de 786 membros do comité de eleição, com 1.500 patriotas próximos de Pequim, que indicou já não apoiar mais ninguém, responsáveis por nomear o chefe do executivo para os próximos cinco anos, a 8 de maio.

O antigo polícia, de 64 anos, deverá suceder a Carrie Lam, cujo mandato termina a 1 de Julho. “Não é fácil, porque trabalhei muito para explicar a vários membros [do comité] qual será a minha plataforma eleitoral”, disse Lee a um jornalista, que perguntou ao candidato se esperava uma viagem fácil sem adversários.

A plataforma de Lee ainda não foi divulgada. Até agora, o candidato disse que vai governar “orientado para resultados”, sem dar qualquer indicação concreta das políticas que pretende prosseguir. “Será uma nova sinfonia, e eu serei o maestro”, afirmou, no sábado.

John Lee foi o número dois no Governo de Hong Kong até à semana passada, altura em que



apresentou a demissão para poder candidatar-se. Antes, foi responsável pela segurança do território e, nessa qualidade, liderou a resposta policial aos protestos em 2019. Tal como Carrie Lam, Lee integra o

grupo de 11 funcionários de Hong Kong e chineses sancionados pelos Estados Unidos, em 2020, por “minar a autonomia de Hong Kong e restringir a liberdade de expressão ou de reunião”. ■

PUB.

澳門特別行政區政府文化局  
SECRETARIA CULTURAL, Administração da Região Administrativa Especial de Macau

www.icm.gov.mo

**Concurso Público n.º 0001/IC-DAR/CP/2022**  
**Concurso público para adjudicação da prestação de serviços de concepção, planeamento e execução da promoção dos “Espectáculos no Âmbito da Excursão Cultural Profunda no Porto Interior e na Taipá”**  
**Anúncio**

Nos termos previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6385/M, de 8 de Julho, e em conformidade com o despacho de Sua Excelência a Senhora Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, em 20 de Março de 2022, realiza-se um concurso público para adjudicação da prestação de serviços de concepção, planeamento e execução da promoção dos “Espectáculos no Âmbito da Excursão Cultural Profunda no Porto Interior e na Taipá”.

1. Entidade adjudicante: Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura
2. Serviço responsável pela realização do processo de concurso: Instituto Cultural
3. Modalidade do concurso: Concurso público
4. Objecto do concurso: Adjudicação da prestação de serviços de concepção, planeamento e execução da promoção dos “Espectáculos no Âmbito da Excursão Cultural Profunda no Porto Interior e na Taipá”.
5. Locais de realização da prestação dos serviços: Largo do Pagode da Barra, Feira do Carmo e Anfiteatro das Casas da Taipá.
6. Duração da prestação de serviços: Desde 2 de Julho de 2022 até 30 de Abril de 2023.
7. Prazo de validade das propostas: As propostas são válidas pelo prazo de noventa (90) dias a contar da data do acto público de abertura, prorrogável nos termos previstos no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 6385/M, de 8 de Julho.
8. Tipo de prestação de serviços: A prestação de serviços será adjudicada por lotes, podendo os concorrentes apresentar proposta para um, para vários ou para todos os lotes.
9. Caução provisória: Será prestada mediante depósito em numerário ou garantia bancária a favor do Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, no montante seguinte:
  - 9.1. O valor da caução provisória para a prestação de serviços de produção para os espectáculos no Largo do Pagode da Barra e os projectos relacionados é de cem mil patacas (MOP100,000.00);
  - 9.2. A caução provisória para a prestação do serviço de produção para os espectáculos na Feira do Carmo e os projectos relacionados é de cinquenta mil patacas (MOP50,000.00);
  - 9.3. O valor da caução provisória para a prestação de serviços de produção para os espectáculos no Anfiteatro das Casas da Taipá e os projectos relacionados é de quarenta e seis mil patacas (MOP46,000.00).
10. Caução definitiva: A caução definitiva corresponde a quatro por cento (4%) do valor total de adjudicação.
11. Preço base: O limite máximo do valor global dos lotes de serviço acima referidos é:
  - 11.1. O preço máximo do serviço de produção para os espectáculos no Largo do Pagode da Barra e os projectos relacionados é de cinco milhões de patacas (MOP5,000,000.00);
  - 11.2. O preço máximo do serviço de produção para os espectáculos na Feira do Carmo e os projectos relacionados é de dois milhões e quinhentas mil patacas (MOP2,500,000.00);
  - 11.3. O preço máximo para a prestação de serviços de produção para os espectáculos no Anfiteatro das Casas da Taipá e os projectos relacionados é de dois milhões e trezentas mil patacas (MOP2,300,000.00).
12. Condições de admissão: Os concorrentes devem ser entidades inscritas na Direcção dos Serviços de Finanças e na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis da Região Administrativa Especial de Macau, para a prestação de serviços a que se refere o presente concurso público.
13. Local, data e hora limite para entrega das propostas:
 

Local: no Edifício do Instituto Cultural, sito na Praça do Tap Sica.

Data e hora: As propostas devem ser entregues até às 17:00 horas do dia 10 de Maio de 2022 (Terça-feira).
14. Sessão de esclarecimento: Os interessados podem assistir à sessão de esclarecimento que terá lugar pelas 15:00 horas do dia 20 de Abril de 2022 (4ª feira), no Auditório do Edifício do Instituto Cultural. Os interessados devem contactar o Instituto Cultural através do n.º 2828 9898 para marcação prévia da participação na sessão de esclarecimento, antes das 11:00 horas do dia 20 de Abril de 2022 (4ª feira). Cada empresa só pode fazer-se representar no máximo por três (3) pessoas.
15. Local, data e hora do acto público de abertura das propostas:
 

Local: na Praça do Tap Sica, Edifício do Instituto Cultural. O acto público de abertura das propostas realiza-se à pelas 10:00 horas do dia 12 de Maio de 2022 (5ª feira).

Os concorrentes ou seus representantes deverão estar presentes no acto público de abertura de propostas para esclarecimento de eventuais dúvidas relativas aos documentos apresentados a concurso, podendo reclamar das deliberações da comissão nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 6385/M, de 8 de Julho. Os representantes dos concorrentes poderão fazer-se representar por procurador, devendo este apresentar procuração reconhecida que lhe confira poderes para o efeito, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo VII do programa do concurso, ou outro documento equivalente.
16. Adiantamento: Em caso de encerramento dos serviços públicos da Região Administrativa Especial de Macau, por motivos de força maior ou outras razões de força maior, a data prevista para a sessão de esclarecimento, para a visita aos locais, o termo do prazo para entrega das propostas ou a data e hora previstas para o acto público do concurso serão adiados para o primeiro dia útil seguinte, à mesma hora.
17. Local e hora de consulta do processo e preço para obtenção de cópia do processo:
 

Local: Edifício do Instituto Cultural, Praça Tap Sica, Macau.

Data: Desde a data de publicação do anúncio no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau até ao termo do prazo para a entrega de propostas.

Horas: Durante as horas de expediente, das 9:30 horas às 13:00 horas e das 14:30 horas às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira.

Preço para obtenção de cópia do processo: Duzentas patacas (MOP200.00) por cada cópia, ou gratuitamente através da página electrónica do Instituto Cultural (<http://www.icm.gov.mo>).

Sendo que quaisquer alterações ou novas informações sobre o concurso público serão comunicadas através da internet na mesma página electrónica.
18. Critérios de apreciação das propostas e respectivos factores de ponderação:
 

Critérios de apreciação	Factores de ponderação
Preço	30%
Experiência de programação	40%
Experiência na prestação de serviços semelhantes	20%
Apresentação das propostas	10%

**A Presidente do Instituto Cultural**  
**Leong Wai Man**

Macau, aos 8 de Abril de 2022.



# h

Acontecimentos históricos à parte, por vezes só nos lembramos dos países pela envergadura trágica do momento, mas ressurgem sempre aquilo que deles fomos conhecendo de melhor trazendo-os dentro de nós bem mais altos que as bandeiras. Nachman de Bratslav, cidade ucraniana onde viveu os últimos anos da sua vida, aquele que viria a ser considerado o mais distinto dos seus concidadãos pertencente a essa inúmera sociedade judaica destas paragens. O Hassidismo que fundou é por demais um movimento tal que, analisando-o, ele só poderia ter nascido em tais paragens e, no entanto, ele sempre foi russo porque viveu e ensinou em muitas outras cidades do Império Russo. Todos estes territórios o eram, naturalmente, e mais ainda naquele tempo em que nasceu, 1772, um mundo que não cabe em nós, mesmo que o queiramos transportar como a uma lenda, todo ele, esse grande Império Russo.

São estes aparentes pequenos grandes nada que sobram neste momento, quando debruçados estivemos nesse livro de orações - poemas do rabbi de Bratslav, que nos recordam do impacto feliz destas latitudes muito para além das guerras: lio-o com a inocência dos que as julgaram extintas, mas isso foi há muito tempo! Mesmo assim, nada esmoreceu de encanto e gratidão, e agora mesmo não vejo como pode ser descrito um chão que viu nascer prodígios tais. Talvez sejamos severamente uma outra humanidade já esquecida das coisas mais importantes que nos trouxeram até aqui, mas, adiante. O nosso intrépido desejo de colaborar encontra muitas vezes coisas tais de desconhecida envolvimento que nos tornamos blindados por sequências repetitivas de clivagens estruturantes. Nenhum

## Une arme si douce

AMÉLIA VIEIRA



Papa entrou na Rússia, mas todos os judeus por lá caminharam. Este nosso, pode no entanto entrar em todos os lugares pois que parece ter passado a fronteira da "divina" opressão.

E voltemos ao nosso Nachman que à alma encantou e a Deus louvou com distinta graça; ninguém pode voltar da "romaria" do seu túmulo ucraniano pensando na conversão da Rússia, seria apostasia não conseguir ver aqui a marca de uma sacralidade que se tornou estratégica a partir de um mito também ele conquistador, tal qual como o Mariânico. Mas o que mais deslumbra são os seus versos risonhos e transparentes acerca da transcendência que lhe assiste a partir de uma severa tradição, esse encontro das asas com os ferros que fazem das grades efeitos belos.

Nós os descrentes, só vemos sangrar, e sangramos do lado em que nos damos ternos aos martírios, mas aqueles que amam (que amar é louvar) toda a compunção é bem-dita. Ele morreu jovem, e tal como Jesus deixou discípulos, nasceu em Abril, e apenas parece existir na memória estricte destas Nações. Esta arma tão doce que foi a sua pregação, devolve-nos a nossa essência guerreira onde devemos sair vitoriosos por dons bem maiores do que aos que agora nos assistem. No fundo é um pequeno mantra de uma edição francesa, tão pequena e azul que faz parte de todas as travessias. Não se pode andar com pesos quando viajamos, toda a leveza nos liberta do entulho sem fim das coisas inúteis que sem querer vamos cedendo em todas as estações.

Merci, de m'avoir amené  
à cette compréhension des choses  
Nachman de Breslau

diários de próspero  
ANTÓNIO CABRITA

## Da Rússia, com amor

Segundo Chesterton, os anjos conseguem voar porque se enxergam a si mesmo com leveza. A leveza que a guerra nos retira, imersos num clima inamistoso que nos recorda a advertência de Confúcio em Analectos: nenhum país é governável quando nem os amigos se entendem. Um desalinho que não nos deixa sorrir.

Bastou a Putin acenar com a mijinha territorial e levantasse o clamor contra o famigerado desequilíbrio que (na selva) a Nato quis provocar.

Esquecem-se, entretanto, de referir – aqueles para quem a Nato, na esteira de Putin, teve movimentos expansionistas adentrando-se nas fronteiras de influência da Rússia – que os países que se candidatam à Nato, não são aliciados; pelo contrário: é por pedido expresso dos países que a sua entrada na Nato tem lugar.

É um pormenor: pede protecção quem não se sente seguro em relação às “boas” intenções do vizinho. Demonstradas na Geórgia e na Crimeia. São os países (soberanos) que pedem protecção à Nato. Ainda ontem o porta-voz do Kremlin ameaçou suecos e finlandeses, hoje já as tropas russas se avolumam nas fronteiras finlandesas. Com que direito?

Nas entrevistas de Putin com Oliver Stone, o posicionamento do novo Czar é muito claro: ele rejeita o comunismo e capturou o sistema para forjar um novo regime, mais próximo dos nacionalismos tradicionais e místicos que ramificam na extrema-direita. Daí as ligações de Putin a Marine Le Pen. É difícil entender a adesão de tanta gente de esquerda às teses de Putin a não ser por reflexo de uma nostalgia patológica face a uma referência revolucionária de toda perdida. Para ilusoriamente se manterem fiéis aos “princípios” aterram nos hangares da extrema-direita.

Mesmo com a “saudosos” União Soviética a solidariedade da Internacional Socialista era uma cilada com aspectos tão reprováveis como as manobras dos países doadores na sua “ajuda” aos países africanos. E assim, “legitimamente”, a União Soviética rapava todo o peixe das costas moçambicanas e deixava aos camaradas



GOYA, DESASTRES DA GUERRA

moçambicanos o carapau, com tal exclusividade que nos anos oitenta (à falta de outros espécimes na mesa) até sobremesas de carapau se inventaram. De modo semelhante, os chineses hoje rapam as florestas, os espanhóis o marisco, os franceses o gás e, etc. Cada “apoio” ao orçamento de estado corresponde sempre ao interesse velado de mamar em qualquer matéria-prima. Daí que os países africanos não se sintam “gratos” o suficiente para alinharem com o repúdio do Ocidente à agressão russa: têm sido espoliados por todos.

Há também a fobia aos EUA, convulsiva, na escolha de muitos. Aí, entre uma adesão decapitadora e uma rejeição epidérmica, irracional, instala-se um ímpeto cego de crença. É a prova definitiva de que a disputa política raras vezes escolhe a razão como ringue.

É igualmente preocupante o facto do Ocidente estar a pôr todos os seus trunfos num peão que lhe despertou uma chama heróica, mas que igualmente não é impoluto. É provável que, em não sendo a guerra, Zelensky

estivesse a contas com alguma crise no seu governo, dado o que foi revelado nos Panama Papers, e a sua bizarra aliança com o sinistro batalhão Azov. A guerra foi-lhe favorável, e fica mais difícil penetrar na obscuridade com que as informações e as contrainformações saturam de luz o palco.

Porém, há coisas que são muitíssimo claras, para além da inaceitabilidade da invasão da Ucrânia.

A primeira agressão de Putin é ao próprio povo russo. Para perpetrar a invasão, Putin mentiu aos seus recrutas e enviou-os para uma armadilha. Os atarantados lá foram, sem saber ao que iam. Neste momento, anulada a mínima liberdade de informação, o russo foi massivamente arredado de qualquer noção da realidade. Proibido de inteirar-se do que se passa, o povo russo é tratado como uma massa infantil a quem se proíbem os bombons porque apesar do espelho reflectir corpos franzinos o regime dita que estão obesos. As notícias indirectas chegadas através da inflacção galopante, do

desaparecimento dos produtos no mercado, ou do estranho sumiço dos filhos idos para os exercícios militares, fazem-lhes pressentir algo que, sob pressão de uma ansiedade habituada a reprimir-se, os leva a ceder à paranoia: como no estalinismo, os russos já denunciam colegas e vizinhos (e professores) pela posição crítica em relação à guerra. A vergonha desta bufaria levará gerações a ser ultrapassada.

A segunda agressão de Putin ao seu povo é a denegação da morte. Os nazis encobriram o máximo de anos possível a existência de campos de concentração e a sua indústria de morte programada. Da Rússia, com um mês de combates, já sabemos que – se, em relação ao inimigo, visa sem escrúpulos os civis – incinera os seus militares mortos para que o grosso deles “desapareça” em combate, adiando o mais possível a entrega do cadáver aos familiares. Para Putin, a morte, sempre exterior, nada significa. Como para os nazis, os mortos deixaram há muito de ter nome, são exclusivamente números, abstrações dispensáveis. Mas quanto a isto, se o seu inimigo já o sabe, os russos que não participam directamente da guerra estão a leste duma consciência clara sobre o estado volátil dos seus mortos.

Apesar da democracia ser um sistema imperfeito, há uma diferença abismal entre a persuasão retórica e a repressão que coage os próprios pensamentos, entre os desequilíbrios sociais que renhidamente vão sendo denunciados e os desequilíbrios fundados em castas duma instância política inamovível, entre a corrupção que vive na ilegalidade e a que impele (sob risco da miséria) toda a gente a participar do esquema; etc., etc.

A democracia ainda permite a disseminação de simulacros culturais que moldam novos ritos e mediações, o actual regime russo vive na e da lei da selva. A da impossível reparação. Não creio que possa haver escolha.

Escreveu uma criança ucraniana para a mãe, morta: “Mãe, desejo-te boa sorte, no céu”. Depende, se aí ainda houver leveza.

**APESAR DA DEMOCRACIA SER UM SISTEMA IMPERFEITO, HÁ UMA DIFERENÇA ABISMAL ENTRE A PERSUASÃO RETÓRICA E A REPRESSÃO QUE COAGE OS PRÓPRIOS PENSAMENTOS**



TEMPO POUCO NUBLADO MIN 20 MAX 29 HUM 50-90% UV 8 (MUITO ALTO) • EURO 8.74 BAHT 0.24 YUAN 1.26

S U D O K U

		8					5		
		1	8	3	5	7	2		
5	7	9					4	6	8
	5		0			4		2	
	9			7	8			4	
	3			8	7			0	
	8		3			0		5	
8	1	5					6	7	4
		3	6	5	9	1	0		
		6					3		

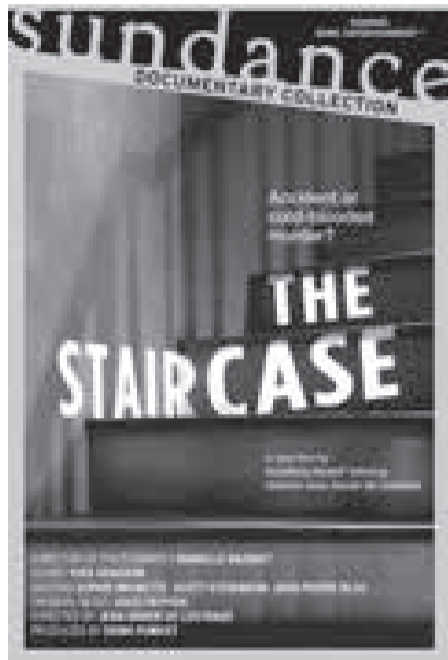
PROBLEMA 10

5	9	4	6	2	7	0	8	3	1
2	8	1	4	9	3	5	6	7	0
6	0	3	7	8	1	4	5	2	9
7	6	9	1	0	5	3	2	8	4
4	5	7	8	6	2	9	0	1	3
3	1	8	0	4	6	2	9	5	7
1	2	0	9	3	8	7	4	6	5
8	4	6	5	7	9	1	3	0	2
0	3	5	2	1	4	6	7	9	8
9	7	2	3	5	0	8	1	4	6

SOLUÇÃO DO PROBLEMA 9

UM DOCUMENTÁRIO HOJE

THE STAIRCASE | JEAN-XAVIER DE LESTRADE



Depois de ganhar o Óscar para melhor documentário em 2002, com “Murder on a Sunday Morning”, o realizador francês Jean-Xavier de Lestrade voltou à carga com uma série documental sobre expõe as fragilidades do sistema judicial norte-americano. “The Staircase”, disponível no Netflix, retrata o caso trágico da morte de Kathleen Peterson e a condenação do seu marido por homicídio. Provas forjadas, testes de padrão de vestígios de sangue manipulados em laboratório e falsos testemunhos acabaram por ser a base da condenação de Michael Peterson, que cumpriu oito anos e meio de prisão. “The Staircase” acompanha o processo e as atribulações da família Peterson ao longo de mais de 15 anos. ■ João Luz

CINETEATRO C I N E M A

**SALA 1 SING 2 [A]**  
FALADO EM CANTONENSE, LEGENDADO EM INGLÉS  
Um filme de: Garth Jennings  
14.30, 16.30, 19.30

**SALA 3 THOMAS & FRIENDS: RACE FOR THE SODOR CUP [A]**  
FALADO EM CANTONENSE  
Um filme de: Jason Groh, Campbell Bryer  
14.30, 16.00, 17.30

**MOONFALL [B]**  
Um filme de: Roland Emmerich  
Com: Halle Berry, Patrick Wilson, John Bradley, Michael Peña  
21.30

**SALA 2 MORBIUS [C]**  
Um filme de: Daniel Espinosa  
Com: Jared Leto, Matt Smith, Adria Arjona  
14.30, 16.30, 19.30, 21.30

**MOONFALL [B]**  
Um filme de: Roland Emmerich  
Com: Halle Berry, Patrick Wilson, John Bradley, Michael Peña  
19.00

**UNCHARTED [B]**  
Um filme de: Ruben Fleischer  
Com: Tom Holland, Mark Wahlberg  
21.30




MOONFALL

HOJE MACAU  
www.hojemacau.com.mo

**Propriedade** Fábrica de Notícias, Lda **Director** Carlos Morais José **Editores** João Luz; José C. Mendes **Redacção** Andreia Sofia Silva; João Santos Filipe; Pedro Arede, Nunu Wu **Colaboradores** Anabela Canas; António Cabrita; Ana Jacinto Nunes; Amélia Vieira; Duarte Drumond Braga; Gonçalo Waddington; José Simões Morais; Julie Oyang; Paulo Maia e Carmo; Rosa Coutinho Cabral; Rui Cascais; Sérgio Fonseca; **Colunistas** André Namora; David Chan; João Romão; Olavo Rasquinho; Paul Chan Wai Chi; Paula Bicho; Tânia dos Santos **Grafismo** Paulo Borges, Rómulo Santos **Agências** Lusa; Xinhua **Fotografia** Hoje Macau; Lusa; GCS; Xinhua **Secretária de redacção e Publicidade** Madalena da Silva (publicidade@hojemacau.com.mo) **Assistente de marketing** Vincent Vong **Impressão** Tipografia Welfare **Morada** Pátio da Sé, n.º22, Edf. Tak Fok, R/C-B, Macau; **Telefone** 28752401 Fax 28752405; **e-mail** info@hojemacau.com.mo; **Sítio** www.hojemacau.com.mo

PUB.

  
澳門特別行政區  
Curacao da Região Administrativa Especial de Macau  
澳門特別行政區  
Direcção dos Serviços de Turismo

**MANDADO DE NOTIFICAÇÃO N.º 88/AI/2022**

—Atendendo à gravidade para o interesse público e não sendo possível proceder à respectiva notificação pessoal, pelo presente notifique-se o infractor WONG IO WENG, portador do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM n.º 51563xx(x), que na sequência do Auto de Notícia n.º 38/DI-AI/2020 levantado pela DST a 21.01.2020, e por despacho da signatária de 31.03.2022, exarado no Relatório n.º 162/DI/2022, de 30.03.2022, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º e do n.º 1 do artigo 15.º, ambos da Lei n.º 3/2010, lhe foi determinada a aplicação de uma multa de \$200.000,00 (duzentas mil patacas) por controlar a fracção autónoma situada na Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues n.º 1142-M, Centro Internacional de Macau, Bloco 12, 7.º andar E, Macau onde se prestava alojamento ilegal. —

—O pagamento voluntário da multa deve ser efectuado no Departamento de Licenciamento e Inspeção destes Serviços, no prazo de 10 dias, contado a partir da presente publicação, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 3/2010, findo o qual será cobrada coercivamente através da Repartição de Execuções Fiscais, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do mesmo diploma. —

—Da presente decisão cabe recurso contencioso para o Tribunal Administrativo conforme o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 3/2010, a interpor no prazo de 30 dias, conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Código do Processo Administrativo Contencioso, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 110/99/M, de 13 de Dezembro. —

—Desta decisão pode o infractor, querendo, reclamar para o autor do acto, no prazo de 15 dias, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 148.º, artigo 149.º e n.º 2 do artigo 150.º, todos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro. —

—Há lugar à execução imediata da decisão caso esta não seja impugnada. —

—O processo administrativo pode ser consultado, dentro das horas normais de expediente, no Departamento de Licenciamento e Inspeção desta Direcção de Serviços, sito na Alameda Dr. Carlos d'Assumpção n.º 335-341, Edifício “Hot Line” (Centro “Hot Line”), 18.º andar, Macau. —

—Direcção dos Serviços de Turismo, aos 31 de Março de 2022.


A Directora dos Serviços,  
Maria Helena de Senna Fernandes

HOJE MACAU

**Assine-o**

TELEFONE 28752401 | FAX 28752405  
E-MAIL info@hojemacau.com.mo  
www.hojemacau.com.mo

JÁ À VENDA



**O comedor de nuvens**  
azulejos Ana Jacinto Nunes | textos Carlos Morais José



confeitaria João Romão

# PLATAFORMAS URBANAS E RURAIS

**POUCO TÊM** de partilha as plataformas digitais para aluguer de alojamentos de curta duração que nos últimos anos foram proliferando e ameaçando ferozmente as condições de vida de quem vive nas cidades mais atractivas para turistas. A simpática designação de “economia de partilha” (“shared economy”) ou as alusões a processos colaborativos (“collaborative economy”) têm servido para branquear formas agressivas de concorrência desregulada ou de usurpação de direitos e degradação de condições da população, à margem de leis e regulamentos impreparados para lidar com estas novas formas de prestação de serviços.

Foi assim que grande parte do parque habitacional de zonas urbanas onde coincidem elevada procura de habitação permanente e intensa actividade turística transitou rapidamente do uso original para o qual tinha sido planeado – a oferta de habitação para uma comunidade local – para novas funções de prestação de serviços de alojamento turístico de curta duração. Esta deslocação provocou maior ou menor escassez, consoante as características de cada cidade, mas inevitavelmente levou a que subissem os preços, que se degradasse o nível de vida de quem vive em casas alugadas (ou precisa de as comprar) e, em última análise, com a expulsão de populações para zonas periféricas das cidades ou mesmo para outros lugares.

Não há nenhuma legitimidade que justifique esta suposta liberdade de criação de novos negócios privados envolvendo o parque habitacional das cidades: cada casa ou zona residencial é definida em função de planos e decisões colectivas e é precedida de significativos investimentos públicos nas mais variadas infra-estruturas que as hão-de viabilizar – água, energia, iluminação pública, passeios, estradas, segurança, enfim, todos os serviços mais ou menos invisíveis que a urbanidade requer. O investimento privado só aqui chega numa fase relativamente tardia, e só é possível graças às condições criadas pela e para a comunidade. Quem compra ou constrói uma casa está, por isso, a assumir a obrigação de prestar um serviço de habitação, planeado em função de uma determinada expectativa de evolução demográfica, e não a habilitar-se à promoção da especulação máxima com o espaço e as infra-estruturas que são de toda a gente.

Talvez por isso estas plataformas se tenham auto-promovido como espaços de “partilha” e “colaboração” que nunca foram: desde o início que o apregoado espírito original de se partilhar recursos não utilizados (como um quarto não ocupado numa habitação) para satisfazer necessidades ocasionais de outras pessoas, foi perversamente utilizado para se comercializarem massivamente milhares de casas e apartamentos completos, um pouco por todo o mundo, escapando à regulamenta-

TORONTO STAR



Não há nenhuma legitimidade que justifique esta suposta liberdade de criação de novos negócios privados envolvendo o parque habitacional das cidades

ção hoteleira e criando novas formas de competição que degradam a qualidade dos serviços e do emprego envolvidos nas suas formas originais de prestação (neste caso, de alojamento turístico). Hoje a maior parte das cidades já integrou, regulou e passou a controlar de diversas formas o exercício destas actividades, mas o devastador impacto sobre processos de gentrificação e expulsão de residentes e comunidades locais – poucas ou nenhuma cidade conseguiram evitar.

Muito diferentes podem ser, no entanto, o impacto e a utilidade que destas plataformas em zonas rurais ou em cidades a viver processos de perda de população – um fenómeno

global que resulta de uma certa tendência para o envelhecimento e diminuição da população, mas também da sua concentração nas maiores áreas metropolitanas do planeta, lugares onde, de forma real ou ilusória, se supõe estarem concentrados os recursos e as redes de contactos mais importantes para o sobrevivência e/ou a afirmação de cada pessoa nas ultra-competitivas sociedades contemporâneas, com as suas economias supostamente mais criativas, onde apesar das vantagens da internet e das comunicações digitais ainda parece mais decisiva, afinal, a concentração demográfica em torno dos centros de poder, dos negócios ou do controle da informação e do conhecimento. Não há, aliás, vírus que altere significativamente estas condições.

É por isso relativamente abundante – pelo menos em relação à procura actual – a oferta de habitação em zonas rurais ou em pequenas cidades. Em vez de escassez, há cada vez mais casas vazias ou com escassa ocupação. No Japão são já muitos os milhares de casas vazias ao longo de todo o país. Na realidade, há mesmo oferta de casas gratuitas – através de autarquias ou de planos do governo central – para atrair novas populações residentes a áreas que estão a ficar despovoadas ou demograficamente envelhecidas. Nestes casos, em vez de terem um impacto profundamente negativo associado à escassez, inflação e gentrificação – estas plataformas podem, pelo contrário, contribuir para animar, revitalizar e reabrir oportunidades de

desenvolvimento económico através da atração de turistas ou residentes de duração relativamente curta, que procurem periodicamente lugares com relativa tranquilidade onde possam trabalhar à distância e com independência.

Este tipo de desenvolvimento turístico tem a significativa vantagem de não exigir investimentos significativos: não é preciso construir novas casas nem hotéis; também não é preciso construir infra-estruturas ou serviços que ajudem a atrair visitantes que viabilizem os ditos hotéis; e também não é preciso ampliar aeroportos ou aumentar os fluxos turísticos para justificar todos estes investimentos. Na realidade, a utilização do património já edificado permite que o desenvolvimento do turismo seja flexível, ajustado à atractividade de cada local, aos seus recursos endógenos, à sua capacidade de acolher visitantes. Em caso de crises – e as do turismo têm sido grandes e longas nos últimos anos – não há impactos negativos significativos porque nem houve investimentos massivos nem a economia local passou a depender de serviços exclusivamente criados para o entretenimento turístico.

Na realidade, as mesmas plataformas que nas cidades têm vindo a penalizar de forma violenta as comunidades locais, podem em zonas rurais ter o efeito oposto – o de viabilizar novas economias sem criar novas vulnerabilidades nem exigir despropositados investimentos que hão-de condicionar o futuro de populações e comunidades relativamente vulneráveis. ■

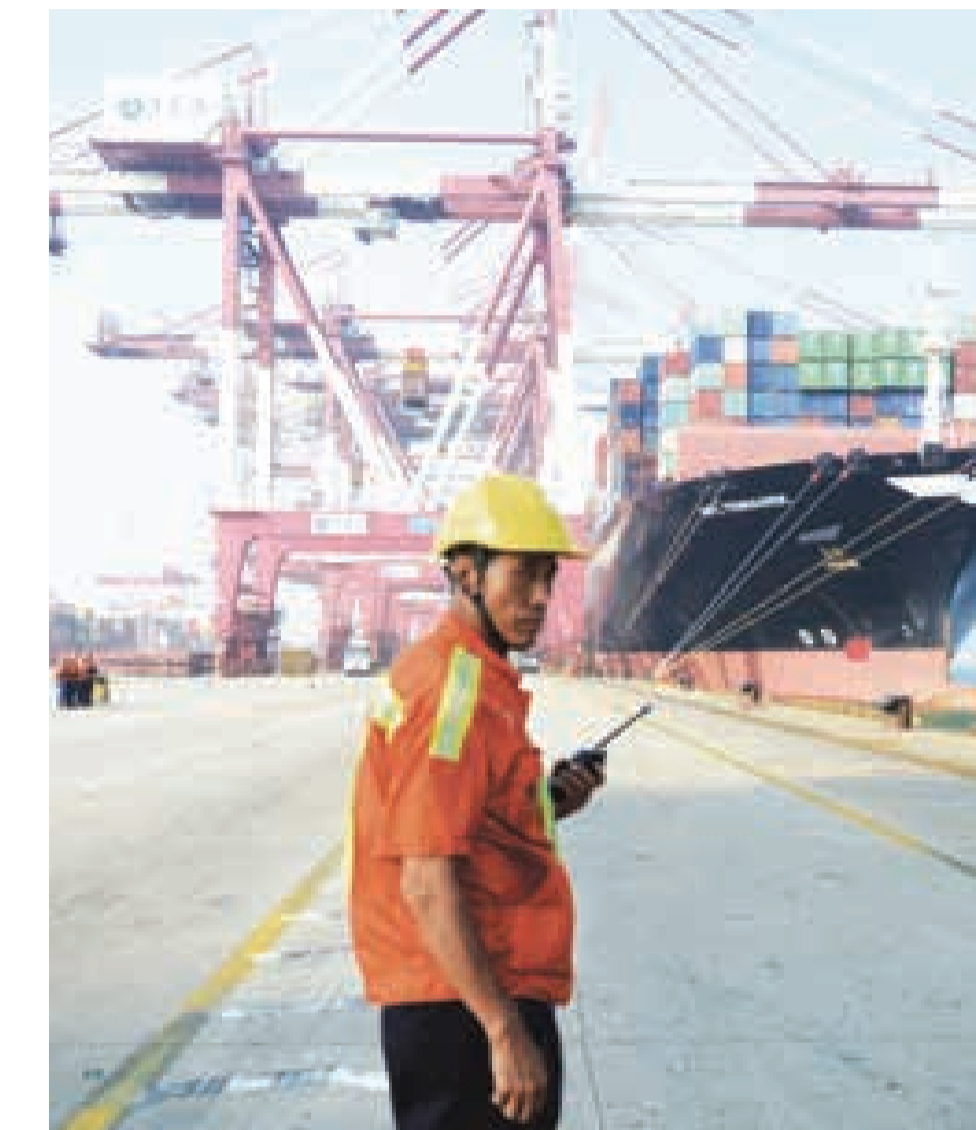
CHINA EXPORTAÇÕES EM TEMPO DE CRISES

# Máquina imparável

**A**s exportações da China aumentaram 15,7%, em março, em termos homólogos, enquanto as importações permaneceram estáveis, segundo as alfândegas chinesas, apesar de interrupções nas cadeias de abastecimento, provocadas por surtos de covid-19 no país. As exportações subiram para 276,1 mil milhões de dólares, apesar das medidas de prevenção contra o coronavírus, impostas em Xangai e outros centros industriais, que levaram várias fábricas a reduzir a produção. As importações subiram menos de 1%, para 228,7 mil milhões de dólares.

As exportações para os 27 países da União Europeia caíram em março 9,1%, em relação ao ano anterior, para 44,4 mil milhões de dólares (41 mil milhões de euros), enquanto as importações caíram 41,6%, para 24,3 mil milhões de dólares (22,2 mil milhões de euros). O excedente da China nas trocas comerciais com a Europa cresceu 179,3%, para 20,1 mil milhões de dólares (18,5 mil milhões de euros).

O número de infeções pela covid-19 na China é relativamente baixo, comparado a outras partes do mundo, mas a estratégia de ‘zero casos’ do Governo levou ao confinamento de 25 milhões de pessoas em Xangai, desde o final de março, e suspendeu o acesso



a outros centros industriais importantes no sudeste e nordeste do país. As restrições suscitaram receios de que o comércio global possa ser interrompido. As autoridades chinesas dizem que estão a tomar medidas para

manter os portos a operar, mas os fabricantes tiveram que reduzir a produção, face a interrupções no fornecimento de componentes.

O consumo interno também foi prejudicado, face à desaceleração da economia,

desencadeada por uma campanha oficial para reduzir a dívida no vasto setor imobiliário da China. No último trimestre de 2021, o crescimento económico da China caiu para 4%, em relação ao mesmo período

do ano anterior, abaixo da média de 8,1% para o ano inteiro.

As exportações para os Estados Unidos aumentaram 22,4% em março, em relação ao mesmo período do ano passado, para 47,3 mil milhões de dólares, apesar da prolongada guerra comercial entre os dois países, que resultou na imposição de taxas alfandegárias punitivas. As importações de bens norte-americanos aumentaram 11,5%, para 15,2 mil milhões de dólares.

Com um crescimento praticamente nulo nas importações, o excedente comercial global da China aumentou 243%, em março, para 47,4 mil milhões de dólares.

As importações da Rússia, um importante fornecedor de gás, caíram 26,4%, em relação a março de 2021, para 7,8 mil milhões de dólares. As exportações para a Rússia caíram 7,7%, para 3,8 mil milhões de dólares.

Pequim criticou as sanções comerciais e financeiras impostas a Moscovo pelos Estados Unidos, Europa e Japão, mas as empresas chinesas parecem estar a obedecer às sanções.

O comércio e o setor manufatureiro devem sofrer um impacto maior este mês, devido ao encerramento da maioria das empresas em Xangai e à suspensão do acesso a Cantão, um importante centro de manufatura e comércio no sudeste da China, e aos centros industriais de Changchun e Jilin, no nordeste.

A Câmara de Comércio da União Europeia na China disse que as suas empresas estimam que o volume de carga movimentada pelo porto de Xangai caiu 40%. ■



## Filipinas Tufão causa 59 mortos

A tempestade tropical Megi causou pelo menos 59 mortos nas Filipinas, segundo o último balanço divulgado ontem pelas autoridades. O anterior balanço apontava para 43 mortos. A maior parte das mortes, pelo menos 48 segundo as autoridades locais, ocorreram na área da cidade de Baybay, na província de Leyte. O Conselho de Gestão e Redução de Riscos de Desastres filipino indicou que quase 35.000 pessoas foram deslocadas para centros temporários criados pelas autoridades. A tempestade tropical Megi, batizada nas Filipinas como Agaton, entrou na costa leste do país no domingo, causando inundações e aluimentos de terra no centro e no sul do país. No total, mais de 580 mil pessoas foram afetadas pelo fenómeno e 63 municípios continuavam sem energia eléctrica. Megi é a primeira grande tempestade do ano a passar pelo país, que regista uma média de 20 tufões por ano. A tempestade, que atingiu o país com mais católicos na Ásia antes da celebração da Semana Santa, surpreendeu as autoridades, que sinalizaram a chegada com o nível mais baixo de alerta.

## A vez de Hainão

O Presidente chinês Xi Jinping apelou à aceleração do desenvolvimento de Hainão para um porto de comércio livre com características chinesas e influência global. O presidente exigiu uma reforma mais profunda e uma abertura generalizada, um desenvolvimento contínuo impulsionado pela inovação, coordenação entre a resposta da COVID-19 e o desenvolvimento económico e social, assim como um equilíbrio entre desenvolvimento e segurança. Xi disse que Hainan irá tornar-se num paradigma de reforma e abertura na nova era.

## MACAU EUA DENUNCIAM CENSURA, RESTRIÇÕES DE LIBERDADES E DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

OS Estados Unidos denunciaram ontem um conjunto de restrições em Macau, em 2021, traduzindo “crescente censura”, interferência no direitos de reunião e de participação política, e inexistência de eleições livres e justas. No relatório anual sobre direitos humanos do Departamento de Estado norte-americano apontam-

-se “questões significativas de direitos humanos que incluem a existência de leis de difamação criminal e relatos credíveis de interferência substancial no direito de reunião pacífica, incapacidade dos cidadãos de mudarem o seu Governo pacificamente através de eleições livres e justas, sérias restrições à participação política, incluindo

a desqualificação de candidatos pró-democracia nas eleições” em 2021. Quanto à liberdade de expressão, os Estados Unidos assinalaram que esta está prevista na lei, para os órgãos de comunicação social e outros meios de comunicação, mas que “o Governo interferiu neste direito”, dando com exemplo casos associados à criminali-

zação da difusão de rumores e relatos de “crescente censura”. O Departamento de Estado norte-americano também salientou que, apesar da legislação a liberdade de reunião pacífica, “o Governo restringiu” este direito. Quanto às eleições para o parlamento local que ocorreram a 12 de novembro, concluiu-se no

relatório que “as eleições não foram de uma forma geral livres e justas e que o Governo desqualificou todos os candidatos pró-democracia”. O Departamento de Estados dos EUA também apontou preocupações ao nível da investigação e do baixo número de acusações criminais relacionados com violência doméstica. ■